

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

O Turismo no Baixo Alentejo: equilibrar ou desmoronar ?

Victor Figueira

Escola Superior Agrária / Instituto Politécnico de Beja

Introdução

Quando se pretende estudar o turismo numa perspectiva sociológica e antropológica e face à sua riqueza, diversidade e complexidade, confrontamo-nos com diversas áreas do conhecimento que é preciso articular. A Sociologia do Turismo nasceu no início deste século, com os trabalhos realizados por Georg Simmel, em 1923, por Leópolo Von Wiese em 1930, e Robert Glucksmann, em 1935. Mais tarde, Lanquar (1990) preocupa-se em explicitar as variadas dimensões atribuíveis à Sociologia do Turismo e que, segundo o mesmo autor, resultam da natureza complexa do fenómeno turístico. Neste contexto, Lanquar aponta questões tão diversas como sejam, nomeadamente, o bem estar e o quadro da vida, a cultura e a comunicação, os grupos sociais, o desenvolvimento, o encontro de sociedades diferentes, a psicologia dos indivíduos, as sondagens e os estudos de impacto ou de mercado, a gestão do tempo de trabalho. Por outro lado, os primórdios da Antropologia do Turismo remontam aos trabalhos de Theron Nuñez (1963), de carácter pioneiro e que focaram o estudo dos impactes provocados pelo turismo em pequenas localidades mexicanas. Enquanto obra referencial, há que apontar o livro editado por Valène Smith (1982) na peugada dos estudos antropológicos realizados por Nuñez e para a elaboração do qual este autor também contribuiu, de nome "*Hosts and Guests, The Anthropology of Tourism*" e que continua a ser, actualmente, a obra mais conhecida e apreciada no âmbito da literatura antropológica sobre turismo. É indiscutível a importância que o fenómeno turístico detém nos dias de hoje. O seu carácter complexo e simultaneamente multifacetado (facto social, económico, cultural e político) influencia os estilos de vida e padrões das populações (anfitriões e visitantes), altera o ambiente físico, espacial e funcional das zonas de destino e, fomenta a aculturação. Greenwood (1989) classifica mesmo o turismo enquanto o maior movimento de escala de mercadorias, serviços e pessoas com que a humanidade foi confrontada. Dado esta complexidade e esta abrangência, justifica-se plenamente a necessidade sentida pelas variadas ciências sociais em abordar o fenómeno turístico.

Em Portugal, a actividade turística empresarial nasceu na década de 60. O Algarve e a actual Costa do Estoril foram as regiões de eleição, mas lentamente, esta actividade alargou-se às diversas regiões do país, com privilégio para as litorais. Com a criação das Regiões de Turismo, na década de 80, começaram a emergir modalidades de turismo alternativo, inicialmente turismo de habitação, mais tarde, turismo em espaço rural (nas vertentes habitação, rural e agroturismo) que, actualmente, inclui também as modalidades de turismo de aldeia e casas de campo. São, em suma, modalidades alternativas ao conhecido e vulgarizado turismo de massas e que visam, além dos benefícios de carácter económico resultantes do exercício da actividade, preservar o ambiente físico, social e cultural das comunidades de acolhimento. Daí que os residentes tenham aqui um papel preponderante : devem ser eles também, enquanto actores privilegiados, a participar na definição que é “quanto” turismo (este conceito prende-se com a definição dos níveis da capacidade de carga) pretendem para a zona em causa. Além disso, as receitas resultantes do exercício da actividade devem manter-se no local e, se possível, ser aí reinvestidas, constituindo esta uma via para a promoção do desenvolvimento sustentável. Ramos (1996) entende o turismo enquanto fenómeno social total, pelo enfoque dado pelas diversas ciências sociais e pelas implicações, influências e impactos que produz na vida, quer das comunidades, regiões e países onde tem lugar, entendido a todos os níveis de organização social (económico, político, cultural, simbólico). Assim e numa perspectiva antropológica, este autor afirma que *“todo o turismo é cultural, por força da natureza do fenómeno”*.

A determinada altura e a fim de testar a aplicabilidade destas ideias, pretendeu-se desenvolver um trabalho de campo circunscrito geograficamente aos concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira, pelo facto de se situarem no Alentejo mais interior. O seu objectivo foi alertar e evitar um desenvolvimento desequilibrado do turismo naquela área o que, necessariamente, acentuaria os seus efeitos nefastos e acabaria por promover uma “morte anunciada” desta região rural.

1. O Turismo

1.1. Fenómeno social total

A multiplicidade de objectos reais que integram o mundo de hoje levam, necessariamente, a uma diversidade de abordagens ou discursos científicos sobre o existente, ou seja, sobre o real. Inserem-se aqui, além dos discursos científicos que respeitam às Ciências Exactas e da Natureza (que não constituem o objecto deste trabalho), aqueles que respeitam ao real-social, afinal que respeitam às Ciências

Sociais. Silvestre e Moinhos (1990) definem o objecto real das Ciências Sociais enquanto o conjunto de fenómenos que se produzem e reproduzem no interior da sociedade, ou seja, os fenómenos sociais. Por seu lado, Émile Durkheim (1980) define os fenómenos sociais enquanto *"modos de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo e que são dotadas de um poder coercitivo, em virtude do qual se lhe impõe"*.

Ao se pretender classificar o fenómeno turístico enquanto fenómeno social, há que reportar a análise à própria definição de turismo. Neste contexto, a primeira definição de turismo pertenceu a Hunziker e Kraft (1942), tendo sido adoptada posteriormente pela AIEST - Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme. Segundo eles, o turismo *"é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária"*. (Cunha, 1997). Mas esta definição não está completa : se bem que destaque elementos de grande importância, saliente-se a) o turismo como um conjunto de relações e fenómenos ; b) o turismo exige a deslocação da residência habitual ; c) o turismo não pode ser utilizado para o exercício de uma actividade lucrativa principal - não considera os aspectos sociológicos do turismo. Nesta óptica, o turismo surge enquanto a actividade que o Homem exerce quando se desloca a fim de satisfazer a sua curiosidade e o seu desejo de conhecer, com o objectivo de se cultivar e de se evadir, para repousar ou divertir num ambiente diferente daquele em que habitualmente vive. Assim, pode-se concluir que o turismo não é, nem deve ser entendido, apenas enquanto um fenómeno económico (aspecto enfatizado na definição de Hunziker e Kraft), mas é também um fenómeno social, considerando aspectos recreativos, educativos e culturais. Neste sentido, o turismo surge como um facto social total : por um lado, é objecto de estudo de diversas ciências sociais e, por outro lado, apresenta várias implicações, influências e impactos no seio das diversas comunidades, regiões e países onde se desenvolve.

A Declaração de Manila (1980) e os princípios daí resultantes contribuíram para a conversão do turismo numa forma de vida social do nosso tempo. A Sociologia do Turismo surge enquanto uma sociologia especializada, preocupada com o estudo científico de determinados aspectos da sociedade, nomeadamente aqueles que respeitam ao tempo livre e de lazer, traduzidos na realização de viagens e de actividades turísticas de descanso, recreio, desconstracção e cultura. Lanquar (1990) entende que o objecto da Sociologia do Turismo e das viagens traduz-se *"(...) numa acção crítica e numa análise de correspondência directa entre a realidade social do turismo e das viagens e os conceitos da Sociologia"*.

1.2. Os impactos socioculturais do turismo

Constituindo um meio de confronto quer de comportamento, de mentalidade ou de costumes entre as populações com diferentes culturas e civilizações, o turismo surge enquanto um factor de alteração económica, social e cultural, podendo contribuir para uma maior abertura à modernidade, assim como para alargar os horizontes a todas as sociedades. É sabido que todo o progresso económico e social implica uma postura aberta a novas ideias, conceitos e tecnologias, não conseguindo efectuar-se em sociedades fechadas e isoladas. Por seu turno, o turismo oferece a estas sociedades a possibilidade de quebrarem o isolamento e, simultaneamente, de abrirem novas fronteiras ao conhecimento. Entendido enquanto um meio de comunicação interpessoal, o turismo assume-se enquanto um factor de mudança susceptível de contribuir para o progresso social, cultural e até mesmo político.

Mas o turismo acarreta riscos. Em sociedades cujas estruturas sociais e culturais se revestem de maior fragilidade, poderão sofrer efeitos nefastos e indesejáveis resultantes da prática turística, nomeadamente no que respeita à aculturação assim como ao abandono de modelos sócio-económicos que terão constituído a base da sua diversidade produtiva e civilizacional. Pelo facto de apresentarem uma estreita relação, não é fácil dissociar os impactos sociais e culturais do turismo nas comunidades receptoras. Poder-se-á, contudo, referenciar que os impactos sociais manifestam-se fundamentalmente quando:

1. Face à presença de um grande número de turistas com hábitos de consumo desconhecidos ou inacessíveis para a população receptora, pode ocorrer o efeito demonstração de que é exemplo a valorização de produtos excessivamente caros;
2. Surgem alterações nos comportamentos sociais das populações e a perda de valores morais, revelando-se num incremento da prostituição, de criminalidades e do jogo organizado;
3. Em questões de saúde, face a um desconhecimento/esquecimento de esquemas de vacinação, os turistas podem correr riscos de contaminação, nomeadamente em países do Terceiro Mundo que se debatem com o controle de doenças infecto contagiosas;
4. Caso se implante fortemente uma nova modalidade turística - o Metaturismo - e que segundo Burns e Holden (1995) é definido enquanto “ *o turismo em grande escala dominado pelos países desenvolvidos e que tem lugar nos países do Terceiro Mundo ou nas periferias dos países desenvolvidos.*”, os lucros auferidos são normalmente transferidos para os países que exploram o

turismo ou para os centros economicamente mais evoluídos do exterior não resultando no reinvestimento dos lucros;

5. Existe invasão ou profanação de lugares considerados como sagrados pela população local e onde não são respeitados princípios de devoção pela parte dos turistas, muito mais motivados pela curiosidade. Esta situação tem lugar em particular, no turismo religioso.

Por outro lado, constituindo a cultura uma das mais importantes motivações das viagens turísticas, infelizmente, nem sempre o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos surge acompanhado do devido respeito, consciência do valor e legítimo interesse por parte dos visitantes, numa atitude de verdadeiro etnocentrismo, fomentando uma aculturação "colonizadora", ou seja onde os valores culturais dos turistas se sobrepõem aos dos autóctones.

Os impactos culturais desfavoráveis manifestam-se mais fortemente nos locais onde o afluxo de turistas é maior; por isso, se considera que o turismo cultural deve ocorrer em pequena escala, de forma a não comprometer a autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais.

De forma resumida, poder-se-ão considerar como impactos culturais favoráveis a) a valorização do artesanato; b) a valorização da herança cultural; c) o orgulho identitário; d) a valorização e preservação do património histórico. Os impactos culturais desfavoráveis, manifestam-se fundamentalmente através da a) descaracterização do artesanato; b) vulgarização das manifestações tradicionais; c) arrogância cultural; d) destruição do património histórico.

Por tudo isto, importa planear de forma clara o desenvolvimento turístico de qualquer região. Só assim se poderá fruir plenamente os benefícios económicos que advêm desta prática mas também e simultaneamente, torná-lo num factor de promoção e compreensão dos relacionamentos humanos e assim numa oportunidade excelente para o encontro entre os povos.

2. Breve Caracterização da Área em Estudo

Considerou-se importante privilegiar alguns vectores chave, como sejam, o território, indicadores gerais de desenvolvimento, a actividade económica e os equipamentos existentes que, por si só, oferecem à área em estudo um determinado posicionamento em termos competitivos. Além disso e a fim de proceder a uma análise comparativa com realidades, ditas de maior dimensão e por tal, mais abrangentes,

procedeu-se também à observação de dados respeitantes ao Baixo Alentejo, ao Alentejo e, em alguns casos, a Portugal relativos a 1997.

TERRITÓRIO: Os concelhos em estudo ocupam no total, uma área de 2537 Km² (só o concelho de Beja ocupa cerca de metade - 1142 Km²), o que significa 29,8% do Baixo Alentejo e 9,4% da Região Alentejo. No que respeita à densidade populacional, ou seja ao número de habitantes por Km², o concelho de Beja apresenta 31.4, o concelho de Cuba 32.1, o concelho de Ferreira do Alentejo 15.5, o concelho da Vidigueira 20.1 e o concelho de Alvito 10.2. Constata-se assim que todos os valores são baixos, não ultrapassando, em média os 22 Hab/Km² (Σ densidades populacionais / 5). Curiosamente, esta média é superior aos valores existentes quer no Baixo Alentejo (16.8) quer no Alentejo (20.2). Quanto à taxa de actividade, ou seja ao número de pessoas que trabalham relativamente à população total, em nenhum dos concelhos em análise, este indicador apresenta valores superiores aos 43%, o que aliás confirma os dados existentes no Alentejo (41,1%) e no Baixo Alentejo (38,8%). Pode-se mesmo afirmar que os valores médios verificados nos cinco concelhos (38,6%) estão perfeitamente de acordo com os valores existentes no Baixo Alentejo (38,8%).

INDICADORES GERAIS DE DESENVOLVIMENTO: A cidade de Beja e a vila de Cuba centralizam mais de metade da população que reside nos respectivos concelhos (55,8% - concelho de Beja ; 60,6% - concelho de Cuba). O tráfego nas estradas nacionais acompanha os valores existentes no Alentejo (e no Baixo Alentejo) : não ultrapassa 1%. Só a cidade de Beja tem uma população residente superior a 5000 habitantes (daí os valores exactamente iguais no que respeita à população residente na sede do concelho - 55,8% - e população residente em lugares > 5000 habitantes - 55,8%). A população com idade inferior a 25 anos, não ultrapassa nestes concelhos os 33% (no concelho de Beja). Não se verifica relativamente a este indicador um grande desfasamento : o concelho de Alvito é o que apresenta o valor mais baixo - 27,6%. Saliente-se que Portugal apresenta 36,3%, o Alentejo 30,9% e o Baixo Alentejo 30,0 %. Por outro lado, o concelho de Alvito é o que apresenta valores mais elevados relativamente à população residente com mais de 65 anos - 25%. O concelho de Beja apresenta, por seu turno, o valor mais baixo, 17,3%, inferior ao existente no Baixo Alentejo - 20,3%. Quanto à taxa de natalidade pode-se afirmar que é no concelho de Cuba que nasceram mais crianças - 11,6%, o que acompanha os valores relativos ao Alentejo (11,8%) mas superior aos valores que caracterizam o Baixo Alentejo (9,4%). É também no concelho de Alvito onde a taxa de natalidade apresenta os valores mais baixos - 6%. A taxa de actividade no concelho de Beja (42,7%) acompanha os valores registados tanto no Alentejo (44,6%) como no Baixo Alentejo (41,1%). É , no âmbito dos cinco concelhos em análise onde os valores são mais elevados, seguindo-se o

concelho de Ferreira do Alentejo (41,2%), o concelho de Cuba (36,2%), o concelho de Alvito (34,9%) e, finalmente, o concelho da Vidigueira (32,1%). Por outro lado, a taxa de desemprego é, em todos os concelhos com excepção de Beja e Alvito (respectivamente 10,6% e 7,4%) levemente superior à registada no Baixo Alentejo (14,3%). O desemprego feminino é superior no concelho de Cuba (30%) e inferior no concelho de Alvito (12,6%). Em Portugal, mais de metade da população activa trabalha no sector terciário (51,3%). Esta realidade existe igualmente no Alentejo (50,8%) e no Baixo Alentejo (52,9%). No âmbito dos concelhos em análise, verifica-se que prevalece também esta tendência. Ressalva-se que o concelho de Beja emprega 71% da população activa no sector terciário. O concelho de Ferreira do Alentejo apresenta a distribuição mais equilibrada entre o sector terciário (40,3%) e o sector primário (40,6%). Pode-se afirmar que os organismos governamentais regionais têm apostado fortemente em obstar às necessidades, ditas primárias, em Portugal (85,77%) e todos com valores superiores às realidades no Alentejo (das populações : quase a totalidade de população residente nos concelhos em análise é servida por água canalizada, rede de esgotos e electricidade, confirmando o que se verifica no Alentejo (79,1%) e no Baixo Alentejo (74,8%). Já no que concerne à saúde, nomeadamente aos médicos existentes por 1000 habitantes, a realidade não é animadora : em Portugal existem disponíveis 3 médicos para 1000 habitantes, no Alentejo apenas 1 médico, também como no Baixo Alentejo ; no concelho de Beja pode-se contar com 4 médicos por 1000 habitantes, mas já o concelho da Vidigueira, de Cuba e de Ferreira do Alentejo podem contar apenas cada um deles, com 1 médico. O concelho de Alvito apresenta um valor nulo.

ACTIVIDADE ECONÓMICA: *Agricultura e Pecuária*

A agricultura no Alentejo está baseada numa estrutura de explorações que apresenta dimensões superiores à média no país. Esta região detém cerca de 46% da SAU (Superfície Agrícola Útil) de Portugal, encontrando-se fortemente concentrada nas explorações com áreas superiores a 100 hectares. A situação relativa ao Baixo Alentejo é sensivelmente a mesma, assim como nos concelhos em análise. O mesmo acontece com os regimes de exploração de terra : prevalece o regime de sequeiro enquanto a área irrigável revela valores bastante baixos. O grau de utilização de maquinaria é elevado. A maior parte da mão de obra agrícola é familiar. A utilização relativamente extensiva de terra « indicador SAU/UTA (Unidade Trabalho Agrícola) » é no Alentejo, Baixo Alentejo e nos concelhos em análise, muito superior à média nacional (7,9ha). Relativamente às principais culturas, no Alentejo salienta-se o trigo mole (11,7%) e o olival (7,9%). O mesmo acontece no Baixo Alentejo onde também a cevada (5,6%) e o girassol (5,1%) oferecem expressividade. A aveia apresenta 4,4% na SAU.

As consociações anuais não oferecem valores no Baixo Alentejo. Já no que respeita aos concelhos em estudo, só o concelho de Ferreira do Alentejo (3,6%) e o concelho da Vidigueira (6,0%) apresentam, neste indicador, alguma expressão que se entende dever-se à cultura da vinha. Por seu turno, estes concelhos não apresentam quaisquer valores no que concerne ao cultivo de aveia. Em todos os concelhos prevalece a cultura do trigo mole, seguindo-se-lhe o girassol e a cevada. Relativamente à utilização da SAU, em todos os concelhos em análise, tal como no que acontece com o Alentejo, e com o Baixo Alentejo, as terras aráveis e as pastagens permanentes atingem valores muito superiores aos 70%.

Indústria e Construção: As actividades financeiras apresentam os valores mais elevados a nível regional, vistos isoladamente, Alentejo (25,2%) e Baixo Alentejo (24,4%), o mesmo acontecendo nos concelhos de Beja, Ferreira do Alentejo e Vidigueira. Curiosamente, os concelhos de Cuba e Alvito não apresentam valores em relação a este indicador. O comércio por grosso, a retalho e outros também aparece com alguma expressão, nomeadamente no concelho de Beja (17,0%) Cuba (16,3%) Ferreira do Alentejo (12,4%) e Vidigueira (17,5%). O concelho de Alvito apresenta o valor mais baixo - 9,3% - mas, mesmo assim um dos mais elevados relativamente às outras actividades que pratica (só superado pela construção e obras públicas - 10%). O alojamento, restauração e similares apresenta valores pouco expressivos tanto em termos nacionais como regionais, o mesmo acontecendo nos concelhos em estudo.

Comércio e Serviços: Relativamente às empresas existentes, volume de emprego que geram e volume de negócios, no âmbito do comércio e serviços, face à realidade nacional, a região Alentejo contribui com 5% das empresas, para 3% do volume de emprego e 2% do volume de negócios, valores nitidamente baixos. Comparativamente aos valores da Região Alentejo, por seu turno, o Baixo Alentejo contribui com 25% das empresas, para 24% do volume de emprego, para 23% do volume de negócios, o que corresponde a cerca de um quarto do total relativamente a cada um dos indicadores. Na análise de cada um dos concelhos relativamente à realidade no Baixo Alentejo, constata-se que os valores são nitidamente baixos, ou seja, poucas empresas que geram pouco emprego e com um baixo volume de negócios. O concelho de Beja é a excepção pois 7,5% das empresas geram 11,8% do volume de emprego e 12,5% do volume de negócios.

Equipamentos: No concelho de Alvito, a escolaridade até ao ensino secundário está assegurada. Quem optar posteriormente pelo ensino profissional, também o pode fazer no concelho onde existe uma escola desta natureza. O ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico existe em todas as freguesias ; já a partir do 2º ciclo do ensino básico, registam-se estabelecimentos de ensino só na sede do concelho. Quanto aos

equipamentos de segurança social, não existem creches ou jardins de infância, nem centros de actividades e tempos livres. Contrariamente, existem lares e/ou internatos para jovens e centros de dia em todas as freguesias. Na saúde e para recorrer a um hospital, as pessoas percorrem cerca de trinta e oito quilómetros : os cuidados básicos ou primários prestam-se num centro de saúde que se situa na sede do concelho e que possui uma extensão. As freguesias do concelho têm farmácia ou posto de medicamentos. Relativamente aos equipamentos de cultura, desporto e recreio considerados, não existe nem galeria de arte, nem cinema, pista de atletismo ou imprensa periódica. Quanto aos equipamentos de educação no concelho de Beja, os estabelecimentos de ensino existentes estendem-se desde o ensino pré-escolar até ao universitário, incluindo o ensino artístico e técnico-profissional. No que respeita aos equipamentos de segurança social a maioria situam-se na sede do concelho, sendo a sua utilização no caso das creches e/ou jardins de infância, centros de actividades de tempos livres e lares próxima da sua capacidade máxima. A capacidade instalada em apoio domiciliário e centro de dia apresenta-se sub-aproveitada. Na saúde é de registar a existência de um hospital e de um centro de saúde na sede do concelho com extensões em quase todas as freguesias. As farmácias e os consultórios médicos situam-se, maioritariamente, na sede do concelho. Quanto aos equipamentos de cultura, desporto e recreio, neste concelho, verifica-se a existência da totalidade dos equipamentos referenciados. Os estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Cuba possibilitam a escolaridade até ao 11º ano. A educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico são ministrados em todas as freguesias do concelho. Os restantes níveis são ministrados na sede de concelho, existindo também uma escola profissional. Os equipamentos de segurança social considerados, na sua maioria estão localizados na sede de concelho, registando-se a inexistência de centros de actividades de tempos livres e de serviço de apoio domiciliário. Em alguns casos, a ocupação dos equipamentos é elevada ou mesmo igual à capacidade máxima. Quanto aos equipamentos de saúde e, para recorrer a um hospital os residentes têm de percorrer, em média, uma distância de cerca de vinte e dois quilómetros. Os cuidados primários de saúde são assegurados por um centro de saúde sem internamento, localizado na sede de concelho, e também pelas respectivas extensões, situadas nas restantes freguesias. Na cultura, desporto e recreio nota-se a inexistência de alguns equipamentos, tais como galeria de arte, pista de atletismo e de imprensa periódica. Os estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Ferreira do Alentejo garantem a escolaridade até ao 11º ano de escolaridade. Em todas as freguesias do concelho existem estabelecimentos escolares do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e os estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino

secundário situam-se na sede de concelho. No que respeita à segurança social, os equipamentos encontram-se maioritariamente na sede de concelho, não dispondo de serviço de apoio domiciliário. Por outro lado, apresentam taxas de utilização próximas da sua capacidade máxima. A fim de recorrer a um hospital os habitantes percorrem em média vinte e oito quilómetros. Para cuidados primários de saúde existe um centro de saúde com extensões na maioria das freguesias. Neste concelho existem também, consultórios médicos e farmácias. Relativamente aos equipamentos de cultura, desporto e recreio verifica-se que existem no concelho a maior parte dos equipamentos apontados, exceptuando-se o museu, a galeria de arte, o cinema e a imprensa periódica. Os estabelecimentos de ensino existentes no concelho da Vidigueira garantem a escolaridade até ao 11º ano do ensino secundário. Em todas as freguesias do concelho existem estabelecimentos escolares do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Os estabelecimentos de ensino do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário situam-se na sede do concelho. Também existe uma escola profissional neste concelho. Os equipamentos de segurança social encontram-se na sua maioria situados na sede do concelho. A utilização dos equipamentos Jardim de Infância/Creche e Lar/Internato para Jovens atinge a sua capacidade máxima mas nos restantes equipamentos situa-se a metade ou menos da capacidade instalada. Não existe serviço de apoio domiciliário. A fim de recorrer a um hospital, os habitantes percorrem, em média, cerca de vinte e sete quilómetros. Os cuidados primários de saúde são prestados num centro de saúde situado na sede de concelho, com extensões nas freguesias. Na sede de concelho existem ainda farmácias e consultórios médicos. No que concerne aos equipamentos de cultura, desporto e recreio considerados, verifica-se a ausência de museu, galeria de arte, centro e/ou casa da cultura, imprensa periódica e pista de atletismo.

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que é no concelho de Beja onde se centralizam a maior parte dos equipamentos respeitantes quer à educação, segurança social, saúde e cultura. Pelo menos, onde existe a maior diversidade. Todos os outros concelhos, com excepção de Alvito, asseguram a escolaridade até ao 11º ano. Também o concelho de Alvito não dispõe de jardim de infância. Por outro lado, privilegia a existência de lar de terceira idade. No que respeita à saúde, a situação nos concelhos em análise não é boa (exceptuando-se o concelho de Beja) já que os habitantes têm que se deslocar muitos quilómetros quando pretendem recorrer a um hospital. Relativamente aos equipamentos de cultura, são nitidamente privilegiados aqueles que promovem o desporto, em detrimento dos museus, galerias de arte e, inclusive, da existência de imprensa periódica.

TURISMO: O Alentejo apresenta, relativamente a Portugal, percentagens baixas em todos os indicadores em análise, tal como se pode observar no Quadro 1. Caso pretendamos alargar a análise ao Baixo Alentejo, e respectivamente ao Alentejo, constatamos que o contributo desta região mantém-se muito baixo, não chegando a atingir os 20% em nenhum dos indicadores. Reportando a análise aos concelhos em estudo, verificamos que é no concelho de Beja onde existem mais equipamentos hoteleiros (8,0%) como mais pessoal ao serviço (6,6%), onde a capacidade de alojamento é maior (6,0%), onde se verificam mais hóspedes (4,8%) e onde se registam mais dormidas (4,7%). Os concelhos de Cuba e da Vidigueira são aqueles onde os valores registados em todos os indicadores são mais baixos, não atingindo na sua maioria o valor 1% (com excepção dos equipamentos hoteleiros onde se regista 1% em cada um destes concelhos).

Quadro 1 – Turismo (1994)

Indicadores (%)	Alentejo (Portugal)	Baixo Alentejo (Alentejo)	Concelho Beja (Alentejo)	Concelho Cuba (Alentejo)	Concelho F.Alentejo (Alentejo)	Concelho Vidigueira (Alentejo)	Concelho Alvão (Alentejo)
Equipamentos hoteleiros	5.0	18.0	8.0	1.0	2.0	1.0	1.0
Pessoal ao Serviço	3.0	13.0	6.6	0.3	0.5	0.2	2.0
Capacidade de alojamento	3.0	12.0	6.0	0.2	2.3	0.2	0.6
Hóspedes	5.0	10.0	4.8	0.02	0.2	0.05	1.1
Dormidas Totais	3.0	9.0	4.7	0.01	0.2	0.03	0.8

Fonte: I.N.E., Direcção Regional do Alentejo (1997) "Os Municípios do Alentejo". Adaptado.

Quadro 2 – Pólos de Atracção Turística

Pólos de Atracção Turística	Concelho Beja	Concelho Cuba	Concelho F.Alentejo	Concelho Vidigueira	Concelho Alvão
Parque natural	X	-	-	-	-
Parque de exposições	X	-	-	-	-
Património monumental	X	X	X	X	X
Actividades de caça e pesca	X	X	X	X	X
Artesanato regional	X	X	X	X	X

Fonte: I.N.E., Direcção Regional do Alentejo (1997) "Os Municípios do Alentejo". Adaptado.

Relativamente aos pólos de atracção turística e de acordo com o Quadro 2, salienta-se que com excepção do concelho de Beja que apresenta um parque natural e um parque de exposições, todos os concelhos em estudo primam pela apresentação de património monumental, actividades de caça e pesca e artesanato regional.

3. Apresentação resumida da investigação realizada

Depois de ter recolhido e tratado a informação, pretendeu-se detectar as possibilidades de implementação e desenvolvimento da actividade turística nesta região assim como quais as formas e/ou modalidades de turismo consideradas mais desejáveis quer para a região em estudo como para o Baixo Alentejo atendendo às especificidades desta região assim como às infra-estruturas existentes ; por outro lado, constatar se o desenvolvimento da região pela via do turismo é desejável, numa óptica de sustentabilidade, e se existe percepção a propósito de níveis de capacidade de carga. Realizaram-se entrevistas centralizadas aos presidentes de câmara assim como ao presidente da Região de Turismo da Planície Dourada; as perguntas incidiam particularmente na forma como é concebida a oferta turística assim como no grau de envolvimento da população, na identificação do limite razoável da procura turística, na importância da actividade turística no desenvolvimento da região, solicitando-se, por fim, que fosse efectuada uma avaliação relativamente às diferentes infraestruturas existentes, ao trabalho desenvolvido pelos diversos agentes envolvidos, que terminava na apresentação de perspectivas de desenvolvimento turístico.

Conclusão

Constatou-se que o turismo é um fenómeno social, complexo e diversificado. Surgem por isso, diversos tipos de turismo, resultantes da aplicação de critérios diferentes. No que respeita ao turismo cultural é de salientar que alguns autores entendem que este se deve confundir com um objectivo da própria prática turística. Nesta ordem de ideias, todo o turismo é cultural. Contudo, quantas vezes ouvimos falar de turismo cultural quando estamos face a roteiros que mostram apenas arte (e onde se restringe o conceito de cultura à arte), ou então, quando estamos face a roteiros que pretendem mostrar o folclore ou os produtos típicos de uma região. Nesta segunda hipótese, em particular, o resultado é, na sua maioria, artificial, pois o que se mostra são estereótipos, ou seja, uma cultura que se inventou, destinada à exportação. Por isso se entende que em sentido lato, não podemos falar de turismo cultural quando dispomos, como atractivo principal, exclusivamente de um recurso natural. A oferta cultural é constituída por tudo aquilo que o Homem faz ao longo dos tempos e assim o turismo cultural deverá ter como objectivo principal dar a conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo Homem. Por outro lado, não podemos desligar esta análise de outras duas ideias fundamentais. A primeira tem a ver com o facto de o produto turístico ser compósito, ou seja, implicar no conjunto além dos recursos, os equipamentos, a animação e os transportes ; a segunda, directamente relacionada com a abordagem sistémica de que o turismo deve ser alvo, a fim de ser meticulosamente planeado

visando níveis previamente definidos por parte de todos os agentes envolvidos, de desenvolvimento. O turismo é uma actividade que apresenta uma relação dialéctica com a sociedade. Numa óptica financeira e em função da estrutura social do país em causa, pode constituir uma forte actividade económica geradora de riqueza. Sabe-se que, actualmente, o turismo é a actividade económica mais importante no Mundo. Contudo, todos aqueles que se dedicam ao estudo do turismo deverão buscar muito mais além desta realidade, preocupando-se na pesquisa dos verdadeiros reflexos de actividade turística nas sociedades, assim como com o destino efectivo do dinheiro movimentado. Considera-se que a via mais indicada para conseguir melhorar a prática desta actividade é estudando-a e questionando-a. É também indiscutível o importante papel, em termos sociais, que o turismo apresenta. Mas isso não significa que e face ao facto de que o mesmo permite o contacto, o convívio e o conhecimento de outras culturas, aceitemos sem mais delongas, que esta é a "indústria da paz". Não esqueçamos que, e até ao momento, não se conhecem pesquisas que evidenciem uma relação directa entre o turismo e uma melhor convivência universal. O turismo adopta uma posição neutral - é sabido que o turismo de massas não promove a convivência entre o turista e o núcleo receptor ; pelo contrário, fomenta o isolamento do mesmo, levando-o a visitar locais "previamente tratados", propícios à recolha de fotografias, às filmagens e assim, faz com que o turista retorne a casa sem ter, efectivamente, conhecido o país que visitou. O turismo tem um papel de extrema importância enquanto fusor de conhecimentos e cultura. Importa, todavia, salientar que, se há cinquenta ou sessenta anos a única forma de conhecer outros locais era deslocando-se até eles, actualmente vivemos numa aldeia global, numa sociedade de informação onde os "Mass Media" fazem chegar rapidamente a informação a todas as partes do Mundo. Neste contexto, o turismo enquanto veículo de cultura, surge como uma possível opção desde que associada à fruição de prazer. Por isso, a qualidade dos serviços prestados tem vindo a adquirir cada vez maior importância. Em suma, julga-se poder afirmar que o turismo se apresenta para uma pessoa comum como mais uma opção de escolha, no âmbito de uma vasta gama de alternativas que se lhe colocam ; já para alguns intelectuais, o turismo representa uma forma de educação alternativa ; para os trabalhadores representa uma oportunidade de emprego ou, em contrapartida, de desemprego ; finalmente, para os grandes empresários, representa sempre uma fonte de elevados rendimentos. O desenvolvimento do turismo só se entende possível desde que, no que respeita à oferta, todos os intervenientes participam na concepção da mesma, esta seja ajustada aos níveis e tipos de procura pretendida e ainda desde que os processos de comercialização da mesma sirvam os objectivos estratégicos anteriormente definidos ; por outro lado, importa que exista uma distribuição de rendimentos que facilite que

segmentos cada vez mais amplos da população viagem. Simultaneamente, se segmentos cada vez maiores de população beneficiarem do efeito multiplicador, usufruindo melhores salários, aumentam as possibilidades de se verificarem os efeitos positivos do turismo. Não podemos esquecer que o turismo de qualidade implica a existência de recursos humanos qualificados e isto só pode acontecer quando as pessoas têm acesso facilitado à formação e, inclusivamente, à saúde. Entende-se assim que existe ainda um longo caminho a ser percorrido para que o Turismo realize os benefícios sociais para que apresenta potencial.

Atendendo à informação recolhida no âmbito dos cinco concelhos em análise - Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira - poder-se-á concluir que a representatividade, enquanto destino turístico, da área em estudo, é muito reduzida. Constatou-se, todavia, que os agentes envolvidos consideram importante inverter esta situação. Todos estão conscientes que a prática do turismo, entendido numa óptica de sustentabilidade, é contributo para o desenvolvimento regional. Apesar de não possuírem estudos sobre níveis de capacidade de carga, todos acordam a propósito de que a região não apresenta condições favoráveis para receber o turismo de massas, nem sequer é desejável pelas populações e, por isso, encaram o turismo como outra alternativa viável em complemento das actividades agrícolas existentes e tirando partido dos recursos naturais e etnográficos, nomeadamente, da região. Em todos os concelhos prevalece a sensibilidade de que os níveis actuais da procura estão longe de atingir o máximo desejável; por outro lado, constata-se alguma desorganização por parte da oferta, quer em termos de concepção como de comercialização. É também reconhecido o importante papel que a população local desempenha na concepção da oferta turística, se bem que e até ao momento, a mesma seja insipiente. A fim de dinamizar este processo, há que sensibilizar as pessoas, até mesmo pessoalmente, chamando-as a participar de forma activa num projecto, onde poderão beneficiar à sua própria medida. Salienta-se aqui o papel das Associações de Desenvolvimento Local, entendidas enquanto conhecedoras de excelência das realidades locais. Parece, contudo, que seria importante a criação de uma entidade que se ocupasse quase exclusivamente da questão do turismo, nomeadamente, através da difusão de informação destinada à sensibilização dos agentes, promovendo processos associativos no sentido de associar ideias e esforços, difundindo formas de financiamento, ajudando à concepção de projectos de investimento, definindo formas de comercialização no contexto nacional e internacional, em súplica que supervisionasse todos os processos respeitantes à concepção do produto turístico e da oferta turística de acordo com os segmentos de procura desejados, ajudando à comercialização mais eficaz e recolhendo informação destinada ao controle de todo o processo. Importava, por isso, que a mesma reunisse o sector público e o sector privado. Quanto à formação da atractividade turística desta zona, poder-se-á oferecer

destaque para a existência de duas barragens, de Alvito e de Odivelas, aliada a um vasto património paisagístico, arquitectónico e até museológico. Não esqueçamos a Vila Romana de S.Cucufate, de Pisões, da Cegonha e a Quinta de N.Sr^a das Relíquias (onde se encontram as ossadas de Vasco da Gama). Salienta-se também a gastronomia tradicional, o vinho, o pão, o artesanato e o cante. No que respeita ao alojamento, além da Pousada de S. Francisco em Beja e da Pousada do Castelo de Alvito em Alvito, existem diversas unidades de Turismo em Espaço Rural, e também várias Pensões. Por tudo isto, as formas ou modalidades turísticas de eleição passam pelo Turismo Cultural, pelo Turismo em Espaço Rural e pelo Turismo de Desporto e Aventura.

No fundo e na tentativa de oferecer a resposta à questão de base deste trabalho - em termos turísticos, onde se situa o Baixo Alentejo na sua vertente mais interior ? Numa situação de equilíbrio ou de queda ? - considera-se que o Baixo Alentejo está numa situação intermédia, pois constata-se que os agentes inquiridos estão conscientes das falhas e das dificuldades existentes mas, por outro lado e dado este ser um processo de conjunto que envolve muitas pessoas e entidades, torna-se difícil dar os primeiros passos, nomeadamente no que concerne no envolvimento das mesmas.

Em termos conclusivos e, sabendo-se que a área em estudo, nitidamente agrícola, denota alguns constrangimentos em particular ao que se refere a equipamentos de saúde e cultura, talvez importasse sensibilizar o poder local para a necessidade de proceder à construção dos mesmos, face à apresentação de alternativas em termos de programas de animação onde as requeridas infra-estruturas aparecessem aproveitadas para fruição não só dos turistas mas também dos habitantes locais. Por outro lado, entende-se que o maior contributo deste estudo para o conhecimento é o facto de situar, com exactidão, o Baixo Alentejo em termos de desenvolvimento turístico, numa posição muito inicial, apresentando, por isso, uma posição privilegiada para optar por uma das duas vias que lhe se apresentam - equilíbrio ou queda. Além do mais, promove a necessidade de que esta opção seja pela via do desenvolvimento turístico sustentável, relevando os malefícios decorrentes de uma visão imediatista de aquisição de lucro. Por outro lado, apresenta a postura de agentes envolvidos neste processo e cujo papel será determinante, concluindo que falta concertação de interesses e de pessoas. Por tal, entende-se que este estudo mostra o caminho a percorrer para atingir um objectivo de grande importância nesta área geográfica: o Baixo Alentejo está numa posição privilegiada para escolher o tipo de desenvolvimento turístico com que pretende conviver; objectivamente, pela via da sustentabilidade, a começar pela promoção do envolvimento dos agentes através da criação de parcerias.

Importa ainda salientar que a actividade turística, apesar de ser hoje considerada como um motor de desenvolvimento, não é, por si só, a solução para zonas desfavorecidas. O turismo é um sector que pode obter resultados efectivos se

devidamente planeado o seu desenvolvimento. Este deve ser, pois, integrado e necessariamente sustentável.

Bibliografia

- Baptista, M. M. (1997). *Turismo- Competitividade Sustentável*. Editora Verbo : Lisboa
- Burns, P. and Holden, A. (1995). *Tourism, a New Perspective*. Prentice –Hall, Englewood Cliffs : New Jersey.
- Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. McGrawHill : Lisboa.
- Durkeim, E. (1980). *As Regras do Método Sociológico*. Editorial Presença : Lisboa.
- Figueira, A. P. (1998). *A Oferta de Alojamento de Turismo em Espaço Rural no Baixo Alentejo*. PGráfica : Beja.
- Figueira, V. (1999). *O Turismo Cultural/Rural no Baixo Alentejo*. Universidade Nova de Lisboa, FCSH (tese de mestrado) : Lisboa.
- Greenwood, D. (1989) : "Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization". Em Valène Smith (ed). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. University of Pennsylvania Press : Philadelphia.
- Hunziker, W. und Kraft, K. (1942). *Allgemeine Fremdenverkehrslehre* : Zurich.
- Instituto Nacional de Estatística (1997). *Os Municípios do Alentejo*. Direcção Regional do Alentejo : Évora.
- Krippendorf, J. (1989). *Sociologia do Turismo*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Lanquar, R. (1990). *Sociologie du Tourisme et des Voyages*. PUF : Paris.
- Núñez, T. (1963). Tourism, Tradition and Acculturation:Weekendism in a Mexican Village. *Ethnology*. 2 (3) 347-352.
- Ramos, F. M. (1996). *Textos Antropológicos*. ADIM : Monsaraz.
- Silvestre, M. e Moinhos, R. (1990). *Sociologia* : Empresa Literária Fulminense, Lda, Lisboa.
- Smith, V. (ed) (1982) (1977). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. University of Pennsylvania Press : Philadelphia.